

REUNIÃO DA COMISSÃO POLÍTICA

ACTA Nº 9/III/84

Presidente: Cda Secretário Geral

Data: 12/6/84

Horas: 09H00

Presentes: Todos os membros da Comissão Política à excepção do
Cda Abílio Duarte

Ordem do dia

- 1 - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior
- 2 - Apreciação das informações provenientes do Sector do P.Novo
- 3 - Apreciação da lista de quadros para o preenchimento de lugares a nível do Partido e do Estado
- 4 - Estatuto da Fundação Amílcar Cabral
- 5 - 10º aniversário. Proposta de Constituição da Comissão Central e Sub-Comissões
- 6 - Ano Internacional da Juventude. Criação duma Comissão Nacional Preparatória
- 7 - Apreciação de uma exposição do Sr. Adalberto Martins
- 1 - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior

Foi lida e aprovada a acta da reunião anterior

- 2 - Apreciação das informações provenientes do Sector de P.Novo
O Cda Júlio de Carvalho informou à Comissão Política que através do Secretariado do Partido recebeu uma nota vinda do Porto Novo dizendo que houve uma aglomeração de pessoas à porta do Secretariado Administrativo e que mais tarde dirigi-

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

- 2 -

ram à sede do Partido reclamando o pagamento das quinzenas em atraso. Supõem os Cdas que elementos ligados à UCID estariam por detrás dessa reclamação. A concentração foi ordeira e o 1º Secretário recebeu uma delegação dos trabalhadores. Através dos canais do Ministério do Interior já se tinha recebida a informação e não se afasta a hipótese de elementos ligados à UCID estarem metido nisso. Soube-se, por outro lado, que houve em Ribeira das Patas uma concentração com o mesmo fim. Se não houver uma solução haverá a tendência de casos do género vir a generalizar. Acrescentou que, por mera coincidência ou porque se consegue mobilizar rapidamente alguns meios, dois ou três dias depois desses acontecimentos paga-se os salários. Essas questões vem merecendo a atenção do Ministério quer através dos serviços de Segurança quer através dos Secretariados Administrativos.

Aproxima-se o período das chuvas e a situação complica-se porque os trabalhadores não tem crédito nos comerciantes. O jornal "Terra Nova" continua fazendo as suas críticas e questiona sobre a sorte dos trabalhadores. Parece que há gente a manipular a situação. Mais disse que conversando com os Cdas Osvaldo Lopes da Silva e Arnaldo França recebeu uma informação que até fins de Junho vão ser pagas as duas quinzenas em atraso nesta data e a partir daí haverá um calendário fixo de pagamentos até o mês de Agosto. Face a essa situação, perguntou se podia utilizar essa informação, transmitindo-a aos trabalhadores porque dessa forma sentem-se mais seguros. Chegando ao momento que os pagamentos podem atrasar também seriam informados. A terminar disse, que há o problema da seca,

- 3 -

que não se sabe se vai perdurar ou não. Por isso, pensa que é uma questão a ser agendada para que se possa prever as possíveis medidas a serem tomadas.

O Cda Pedro Pires disse que sem substituir os perigos que possam existir acha normal a reacção dos trabalhadores. Deve haver uma melhor gestão provisional das ajudas. Nessa base tem estado preocupado com a formação do pessoal das Finanças e já discutiu com o Secretário de Estado sobre essa questão, pois, ele próprio não é especialista na matéria. O sector financeiro é extremamente desgastante e fatigante. Mas reconhece-se o esforço que o pessoal desse sector tem feito. Sobre o problema da normalização dos salários há um aspecto que se deve afastar que é a de emissão monetária. Os países que seguiram essa via tiveram grandes dificuldades, como é o caso da Guiné-Bissau. Deve-se ter em conta que houve um grande aumento de despesas do ano passado para cá, motivada pelo aumento de trabalhadores e consequentemente dos salários. Atingiu-se o tecto das despesas em Dezembro quando o normal é em Abril ou Maio do ano seguinte. Portanto, há razões que tem condicionado bastante, mas vai-se ver ^o que é possível fazer-se.

O Cda Olívio Pires disse que o recurso ao Banco não é para emissão de moedas ou pagamento de obras que não estão financiadas. Perguntou se se trata de um ajuste de contas podia o Banco avançar com o dinheiro que seria repostado mais tarde pelas Finanças. Insiste nisso porque o atraso do pagamento dos salários tem um efeito grande na situação política e na produtividade no trabalho.

O Cda Pedro Pires retomando a palavra disse que o ajuste de contas não é simples, porque nas nossas Finanças as coisas não se processam como estão previstas e isso acontece em todo o lado. É extremamente perigoso recorrer-se ao Banco para socorrer as dificuldades. A nossa economia não tem base estável. A sua única garantia é o Banco.

O Cda Osvaldo disse que só nos casos em que haja garantia é que o Banco pode pôr à disposição alguma verba. Por exemplo em relação ao imposto de petróleos que é fixo é uma garantia. A situação está a atingir os limites. Seria conveniente que se fosse constituindo reservas, sendo possível. Segundo informações do Cda Arnaldo França até Agosto é possível normalizar a situação dos pagamentos. Mas não aconselha que se faça declarações aos trabalhadores, porque a previsão pode falhar. Só os projectos financiados pelo F.D.N. dão garantias.

O Cda Silvino da Luz disse que foram levantados dois tipos de problemas. Um pelo Cda Secretário-Geral Adjunto sobre a questão das Finanças e outro sobre o Jornal Terra Nova relativamente as suas tiradas ao regime. Pergunta se não são os métodos utilizados pelas Finanças que dificultam a solução do problema. Embora não disponha de muitos dados, mas às vezes tem-se impressão que os métodos utilizados pela Secretaria de Estado criam dificuldades. A outra questão é a de Terra Nova que é preciso encontrar uma saída.

O Cda José Araújo disse que há um trabalho que foi freiado, que é o problema da informação sobre quinzenas. Tem-se falado disso a nível dos discursos mas fica-lhe a impressão que é

- 5 -

preciso descer em pormenores, transformando-o num problema nacional. Há um trabalho a reforçar-se, a fazer-se porque na rua toda a gente fala disso. Há que pôr os problemas e dar as explicações, porque as pessoas pensam que para a solução do problema é só ir ao Banco buscar dinheiro.

O Cda Pedro Pires disse que tem-se tentado trabalhar com o que existe. Sobre o serviço de Finanças tem havido alguma reflexão sobre ele, mas qualquer mudança tem de ser bem estudada. A nossa administração está em vias de transformação. É impossível numa administração, parar para começar. Está convencido que o método utilizado pelo Secretário de Estado não é o melhor, mas também a função é desgastante, para além da sua idade.

Sobre a questão da informação, acrescentou o Cda Pedro Pires, é preciso ter cuidado com o que se vai dizer, porque o regime não pode ^{/ser} transparente. Há uma parte da nossa responsabilidade que não se pode transmitir. Não se pode apresentar o país com toda a sua fraqueza e fragilidade. O poder tem uma certa mística. É preciso ser utilizado os dados positivos disponíveis, os investimentos feitos anualmente, etc. (no ano de 1983 foram de quatro milhões de contos).

O Cda Júlio de Carvalho disse que sobre a questão da informação com vista a garantia da segurança e estabilidade interna, abordou-a como uma forma de se promover um diálogo com os trabalhadores. Quando visita as frentes de trabalho, quando fala com os 1.ºs Secretários do Partido, os Delegados do Governo está-se a fazer o trabalho. Mas aborda a questão de se criar a confiança, melhorando a situação dialogando com os trabalhadores,

- 6 -

transmitindo-lhes a informação.

O Cda Secretário Geral concluindo disse que foi útil trazer esse problema à apreciação pois, o debate foi importante. A Comissão Política é o órgão apropriado para debater problemas dessa natureza.

Quanto maiores forem as dificuldades tanto melhor para que se discuta. Tendo havido dois acontecimentos no domínio da normalização de pagamentos, foi útil essa discussão. Até porque pode-se chegar a conclusão que não há outra alternativa e a partir daí podia-se desencadear uma ação de explicação. O Sector é importante e a nível da Comissão Política os membros devem estar suficientemente esclarecidos. Se não forem desencadeados esclarecimentos às tantas haverá manifestações à todo o momento. À respeito da informação junto das massas, não há dúvida que a nossa gente é insegura por si, e é preciso cuidado para que não se avance com nenhum elemento que possa criar desconfiança. Há que reforçar o trabalho de informação junto dos Degados do Governo, dos 1^{os} Secretarios e também juntos dos trabalhadores de acordo com os dados que se dispuser em cada momento. É preciso seguir vigilantemente a situação. A terminar disse que sobre a questão do Terra Nova é preciso avançar com a reunião sobre o assunto com a presença do Ministro da Justiça.

2 - Apreciação da lista de quadros para o preenchimento de cargos a nível do Partido e do Estado

O Cda Olívio Pires introduziu o ponto à discussão

- 7 -

tendo dito que o problema de preenchimento de cargos tinha sido levantado numa reunião anterior e cada membro ficou de trazer a sua contribuição e é nessa base que apresentou a relação para servir de base à uma discussão.

O Cda Júlio de Carvalho propôs que se acrescentasse à lista o Cda Eduardo Alinho e o Cda Silvino propôs incluir José Eduardo Barbosa, Daniel Graça e António Sabino, justificando que estando outros Cdas também ^{estes} deviam estar nessa lista.

O Cda Pedro Pires de uso da palavra disse que sobre a questão do Ministro Adjunto não tinha ideia ainda quem será o candidato. Quanto ao Secretário de Estado da Administração Pública propunha o Cda João Maximiano. Para Delegado do Governo em S.Vicente, há um candidato que é o Celso Fernandes, para Porto Novo propunha o Alberto Rocha, para Director do Departamento de Organizações de Massas o Cda Cândido Santana. Esteve a pensar no Isildo para o Cônsul em Boston, o Cda Aguinaldo girar à volta de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros ou da Administração Interna e para Presidente do IAPE tinha ideia sobre o Onildo Pires, Nelson Santos ou Lourenço Lopes.

O Cda Júlio de Carvalho disse que com a criação do Ministério do Interior o Eduardo Alinho vem desempenhando as funções de Director Geral de Segurança. Com a ideia da criação da S.E.A.I. ele não se mostrou interessado para o cargo. Embora com a função de D.G.S. vem ocupando outra, que é a de Planificação e Controle do Plano das Forças de Segurança e Ordem Pública. Ocupa exclusivamente disso e sente realizado na função quando de

.../...

- 8 -

via actuar como um dirigente. Não se sente esse papel. Por isso optaria para que se mude o Alinho de sector. É uma pessoa cheia de recursos e tem uma formação razoável. Talvez possa trabalhar na Administração ou no Partido.

Relativamente ao Ministro Adjunto, em sua opinião disse, deve-se manter o cargo devido as razões que levaram a sua criação e, também tendo em atenção o dirigente que lá esteve. Não é fácil encontrar uma pessoa com o perfil desejado. Mas, encontram-se dois elementos com bom perfil (1º Secretário e o Delegado do Governo) e mais a dotação do S.E.A. Interna é possível suprir de certa forma o exercício do cargo de Ministro Adjunto, ficando a questão de oportunidade e da necessidade. Para Secretário de Estado propôs o Cda Aguinaldo Lisboa Ramos. Sobre o Delegado do Governo de S.Vicente discutiu com o Comité do Partido e propôs os Cdas António Fortes, Ricardino Neves e em último lugar o Celso Fernandes. No que respeita aos Concelhos do Maio e Boa Vista propôs os Cdas Pedro dos Santos e Carolino Dias e para Brava na hipótese de saída do Isildo propunha o João Aqueleu Amado.

O Cda Silvino da Luz disse que o José Eduardo é um quadro que poderá perfeitamente trabalhar no Partido. Para ocupar o lugar de S.E. dos Negócios Estrangeiros acha que o Cda Aguinaldo Lisboa Ramos tem perfil para desempenhar o cargo.

O Cda Osvaldo Lopes da Silva que queria chamar a atenção da Comissão Política para um certo vazio administrativo em S.Vicente, manifestado pelos deputados por aquele círculo, durante a última Sessão da Assembleia. Sabe que os deputados não quiseram ir mais ao fundo da questão. Já se fala do possível candidato a

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

- 9 -

Delegado do Governo, Celso Fernandes, ser muito jovem. Pessoalmente optaria mais pelo António Fortes, por ser uma pessoa madura e conhecedora dos problemas. O Celso poderia encontrar dificuldades em ser aceite. Relativamente ao 1º Secretário, talvez possa não ser um profissional, mas um militante/quadro que trabalhe num serviço, que domine melhor os problemas. Sugeriu que se visse a possibilidade de haver alguém que desempenhe uma função com certo prestígio e que pudesse assegurar a direcção dotando o Partido de profissionais para fazer funcionar as estruturas.

O Cda Olívio Pires disse que pode compreender as preocupações do Cda Osvaldo, mas se alguns 1ºs Secretários não dominam os problemas administrativos é porque passam por vezes, meses, até ano, sem visitar uma empresa ou serviço. Não vê em S.Vicente, uma pessoa trabalhando numa empresa e estar à frente do Partido, porque não estaria em condições de impôr junto das estruturas. Por isso, o problema do Ministro Adjunto, do 1º Secretário e do Delegado do Governo deve ser visto em conjunto. O cargo de Ministro Adjunto deve manter porque seria difícil para a administração criar um lugar e um ano depois não preenchê-lo. Para Delegado do Governo pode ser que os Cdas do Partido optem pelo António Fortes, mas as pessoas gostariam de ter um quadro que poderá equacionar os problemas à todos os níveis. Para o Partido em S.Vicente pensou no Cda Bartolomeu Varela, embora não seja o quadro que S.Vicente gostaria de ter, mas tem alguma capacidade de intervenção e seria secundado por Orlando Pires, que é um quadro que vem de Cuba e que já trabalhou em S.Vicente como 2º Secretário. O Cda Daniel Graça podia servir, mas ele pediu

.../...

- 10-

para trabalhar algum tempo na sua profissão. Para o Fogo, poderá ser designado o Cda Eduardo Monteiro e para Boavista o Cda Aldélme Évora. Quanto aos departamentos do CN para além do Candido Santana para as Organizações de Massas, o José Eduardo Barbosa podia ficar na Informação e Unidade e Luta, o Lourenço Lopes na Administração e Finanças, a Arlinda Santos nos Assuntos Gerais e na Organização o Eduardo Alinho ou o José Modesto um quadro que vem de Cuba, mesmo não sendo designado director, Com a provável saída do Isildo irá haver mais uma vaga de 1º Secretário.

O Cda José Araújo disse que talvez se possa tentar José Eduardo Barbosa na Informação, porque não há gente disponível. Em relação ao Jornalismo há que haver uma partilha com a Informação do Estado. Quanto ao Augusto Costa não reúne todos os requisitos para os cargos de 1º Secretário ou Delegado do Governo.

O Cda Pedro Pires, retomando a palavra disse que não está de acordo que se diga ^{/que} em S. Vicente há um vazio de poder, pois, está lá um Ministro, um 1º Secretário membro do CN e outros Cdas. A não ser que não estejam a cumprir a função, ou então a decisão de colocar lá um Ministro foi incorrecta. Quanto ao Delegado do Governo é preciso ver quem será colocado aí. Insiste no aspecto técnico, porque tem de ser alguém que possa ajudar a resolver o problema da habitação, das licenças para construção, etc. Mais disse que falou com pessoas de S. Vicente e preferem que seja o Ricardino Neves e em 2º lugar o Celso Fernandes. Acrescentou que o Cda Júlio de Carvalho falou com o Ricardino Neves e tendo em conta que ele está ligado ao Plano Sanitá-

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

- 11 -

rio do Mindelo é preciso ver com o Ministro de Habitação e Obras Públicas a possibilidade da sua substituição. A nível do Partido concorda que o Orlando volte para S.Vicente, pois, já lá trabalhou uma vez. Quanto ao S.E.A.I. pergunta se o Cda Francisco Barbosa não poderá servir. Ele tem-se mostrado muito interessado nas questões da participação popular. Ter-se-ia que pedir algumas informações. O João Aqueleu pediu a sua transição para o quadro da Assembleia. Sobre o Carolino Dias e o Pedro Augusto é preciso pedir informações aos Ministros respectivos, MDR e MSAS, pois, parece que o segundo é especialista. Sobre o António Sabino não se deve mexer nele porque está ligado a um serviço importante no MDR e o Cda João Pereira quer mudar algumas pedras no Ministério. A finalizar disse, que sobre o Eduardo Alinho, o Cda Júlio de Carvalho não apresentou proposta concreta.

O Cda Silvino da Luz disse que a solução de S.Vicente requer Cdas que possam ter aceitação e qualidade. Não estaria a ver o Cda Bartolomeu Varela em S.Vicente, mas sim o Daniel Graça. Ele já está algum tempo no Sal e tem um certo perfil. Sobre o Delegado do Governo está convicto que receberiam o Celso com bastante reserva. Talvez fosse interessante aproveitar a Engenheira Delmira, ou então aproveitá-la no projecto do Plano Sanitário em substituição do Ricardino. Uma equipa com o Ricardino como delegado e o Graça como 1º Secretário, seria boa. Quanto à questão do Cda Carlos Reis, subscreve a preocupação de Cda Olívio em se ter em conta a sua substituição, embora não tenha proposta concreta.

.../...

- 12-

O Cda Olívio Pires retomando a palavra disse que inicialmente afirmou que o Bartolomeu não era a escolha ideal. O próprio Santana entrou com alguma reserva e infelizmente não conseguiu ultrapassá-la. Quanto ao Daniel Graça é quadro da ASA. Se se conseguir alternativa para o aeroporto, seria um quadro que dava para 1º Secretário. Quanto ao Celso entraria à primeira com dificuldades.

O Cda Júlio de Carvalho disse que certa altura o Adria no Lima teria sido sondado para Delegado do Governo da Praia e não se mostrou interessado. O Cda Daniel Graça antes de ser affecto ao Sal chegou-se a pensar nele para Delegado do Governo de S.Vicente, depois pensou-se no Inocêncio mas não se avançou por causa das garantias que se pretende dar as empresas. Quanto ao Cda Eduardo Alinho foi apenas uma informação apresentada para se ter em conta. Ele não está apresentando-se como um dirigente que é, acomoda-se. No quadro das FSOP será difícil encontrar-se o quadro para a solução. É uma questão de confrontá-lo com uma nova função como director do departamento de Organização, Embaixador, Delegado do Governo, etc.

Quanto ao Cda Francisco Barbosa, pelo seu entusiasmo, convicção, etc, tem criado algumas situações de conflito. A função de Secretário de Estado de Administração Interna exige peso político. A questão de descentralização acaba por tocar todos os órgãos do Estado e é preciso analisar, ponderar, discutir e o peso político conta muito. Talvez para começar podia dar bom Delegado do Governo. A terminar disse que tendo em conta as observações feitas à propósito do Celso Fernandes opta

.../...

- 13 -

pelo Ricardino Neves depois de uma concertação com o Ministro da Habitação e Obras Públicas.

O Cda Secretário Geral concluindo disse que é preciso ter em consideração que só a designação dos Secretários de Estado é da nomenclatura da Comissão Política. No entanto, os Cdas terão em conta a discussão logo que a questão tenha de ser decidida pelos órgãos competentes. No que concerne ao Secretário de Estado da Administração Pública não há objecção que seja o Cda João Maximiano. Sobre o S.E.N. Estrangeiros é um problema que vem sendo abordado desde o tempo que o Cda Abílio Duarte era Ministro dos Negócios Estrangeiros. O volume de trabalho naquele Ministério vem aumentando. Nessa base é preciso estabelecer prioridade, e, portanto, os Negócios Estrangeiros têm-na sem minimizar a Administração Interna.

Nas nossas condições os Negócios Estrangeiros tem que funcionar e bem. Por isso o Cda Aguinaldo Lisboa Ramos será designado para o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Quanto à questão do Presidente do IAPE não foi abordado e deve-se ter em conta a sua solução.

3 - Estatuto da Fundação Amílcar Cabral

Sobre o Estatuto da Fundação Amílcar Cabral depois de alguma discussão sobre a questão de se aceitar ou não o princípio de haver sócios estrangeiros como beneméritos, da questão do convite de organizações estrangeiras para participar na Fundação, concluiu-se:

Aprovar o Estatuto da Fundação Amílcar Cabral. Deve-se elabo-

- 14 -

rar a relação dos sócios fundadores com vista à institucionalização da Fundação à 12 de Setembro, do corrente ano. O fundo inicial será de dois mil e quinhentos contos.

5 - 10º Aniversário-Proposta da constituição da Comissão Central e Sub-Comissão

O Cda Júlio de Carvalho apresentou a proposta da constituição da Comissão Central e Sub-Comissão e respectivas variantes.

O Cda Pedro Pires disse que sobre o 10º Aniversário o Cda Ministro do Desenvolvimento Rural gostaria de fazer uma exposição de produtos agrícolas. Os 1ºs Secretários da Organizações de Mssas devem integrar a Comissão. Deve-se discutir com o Cda Herculano Vieira para saber se está interessado em presidir a Sub-Comissão de Finanças. Em caso negativo pode ser o Rosendo Pires Ferreira. A Comissão deve ser instalada a 5 de Julho de 1984.

Conclusão: A proposta foi aprovada.

A reunião foi encerrada pelas 13h30m ficando os pontos 6 e 7 para a próxima reunião do Secretariado.

Elaborada por,

O Secretário Geral

/ARMINDO CRUZ/

/ARISTIDES PEREIRA/